



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Ficha Leitura
“O Suicídio, Estudo Sociológico”
De Emile Durkheim

Licenciatura em Sociologia
1º Ano – 2º Semestre
2009/2010

Saúde e Família

Docente: Maria Engrácia Leandro
Discente: Rui André Moreira Cabral – A58247

I – Identificação do autor e da obra

Durkheim, Émile; “O Suicídio, Estudo Sociológico “; Editorial Presença, 7ª edição; 2001.

II – Tema do livro: abordagem e objectivos

Nesta obra, tal como o seu título indica, Durkheim aborda o tema do suicídio, e tem como objectivo primordial, o de concretizar na prática, o que teorizou em 1895 aquando da publicação da obra “As Regras do Método Sociológico”. Durkheim desmistifica o pré-conceito da natureza exclusiva individual, tentando comprovar a “submissão absoluta” do indivíduo à sociedade, assumindo assim o seu pensamento holista.

III – Problemática

Desde o século XVIII o suicídio vinha a ser estudado como um problema moral, para, no século XIX, ser visto como um crescente problema social a exigir explicação. Na época o estudo estatístico do suicídio foi entendido pelos pesquisadores e teóricos como um estudo da moralidade, incluindo-o na categoria geral das estatísticas morais, junto com outros eventos como assassinato e outros crimes. Assumia-se que o suicídio era um problema moral e implicitamente que qualquer teoria sobre o suicídio deveria incluir os aspectos morais do suicídio como um dos factores básicos. O acumular de informações estatísticas proporcionou, por outro lado, que se estabelecessem inúmeras correlações, juntamente com o levantamento de hipóteses. Estas irão relacionar taxas diferenciais de suicídio a factores sociais, tais como: profissão, urbanização, religião, mudança social, como também a factores não sociais: hereditariedade, raça, clima e a questão não resolvida – se o suicídio era ou não relacionado à desordem mental. Além do mais, havia também uma concordância geral que aceitava que a escalada das taxas globais de suicídios eram devido à passagem da ordem tradicional a uma nova ordem e ao crescimento da industrialização.

O suicídio aparecia aos investigadores como um objecto concreto e específico, “*particularmente adequado*”, como escreve Durkheim (1970:37). Além disso, estava associado directamente não somente a várias instituições, como a família, mas à sociedade como um todo.

Para Durkheim, o tema propiciava a possibilidade ímpar de poder demonstrar os princípios por ele estabelecidos no seu “tratado” metodológico, escrito em 1895, intitulado “As Regras do Método Sociológico.” O tema oferecia também a Durkheim a possibilidade de ilustrar uma das formas pelas quais se manifestava a “*malaise*” geral que afectava a Europa, sugerindo, inclusive, os remédios para vencê-la. Para o sociólogo francês, constituía um exemplo suficientemente significativo para estabelecer a compreensão científica da sociologia como uma disciplina independente. Explicar sociologicamente um evento individual que parecia depender quase exclusivamente de factores pessoais, psicológicos, mas que expressava uma forma de dissolução dos laços que unem os homens, possibilitava entender quais os laços que os levam a se associarem.

Foi com base numa longa tradição do pensamento europeu sobre o suicídio que Durkheim desenvolveu o seu trabalho: a ênfase sobre o carácter imoral do suicídio, a utilização das fontes estatísticas como um instrumento básico, a importância dos factores extra-individuais na regularidade das taxas de suicídio. Por outro lado, não pode ser minimizado o esforço desenvolvido por Durkheim a fim de elaborar um modelo que integrasse a teoria e os dados, não somente sistematizando algumas das preocupações anteriores, mas colocando o objecto de estudo numa perspectiva que ressaltasse a sua maneira de interpretar a sociedade dentro de um referencial que tinha a dissolução social como questão básica.

IV – Metodologia

O livro “O Suicídio – Estudo Sociológico”, trata-se de um estudo baseado em documentos estatísticos oficiais, que na época se começaram a surgir, teve origem em várias nações Europeias, incluindo Portugal, e efectuou-se procurando padrões empíricos nestas sociedades e comparando-os. Durkheim, percebe que a noção de suicídio é muito difícil de definir, pois abrange vários fenómenos, mas cujas causas podem ser diferentes. Dadas as dificuldades para uma experiencia concreta, Durkheim reconhece que o método comparativo, é o único apropriado para o efeito, compara-se a partir do particular para se chegar ao geral. As comparações são úteis para se compreender a natureza do fenómeno. Contudo, só é comparável aquilo que é idêntico ou igual utiliza também o método Estático onde se

quantifica os fenómenos e estabelece-se a relação entre fenómenos. Como se pode relacionar os fenómenos e cruzar-se dado, não é meramente descritivo. É através da estatística que se descobre a dimensão social. Tem sido uma boa metodologia para compreender os fenómenos sociais.

Em suma as características do método utilizado para o efeito são, as da observação neutra, objectiva, desligada dos fenómenos, as de segmentação da realidade, experimentação, comparação e filiação histórica.

V- Argumentação

O Suicídio foi publicado pela primeira vez em 1897, quando Durkheim tinha 39 anos de idade quando já havia escrito dois trabalhos fundamentais na sua carreira de pesquisador: as duas teses de doutorado, que datam de 1893 – *De la Division du Travail Social: Étude sur l'Organisation des Sociétés Supérieures* e *La Contribution de Montesquieu a la Constitution de la Science Sociale*, esta última escrita em latim –, e ainda *Les Règles de la Méthode Sociologique*, de 1895, conjunto de uma série de artigos aparecidos no ano anterior e que saiu como livro com ligeiras modificações e prefácio.

Como Durkheim assinalou no prefácio da segunda edição deste livro, de 1902, o principal motivo que este trabalho levanta é aquele das relações entre a personalidade individual e a solidariedade social. Pergunta o sociólogo: “*O que explica o facto que, na medida em que se torna mais autónomo, o indivíduo torna-se mais intimamente dependente da sociedade? Como pode ele ser pessoalmente mais desenvolvido e ao mesmo tempo mais socialmente dependente?*” (Durkheim, 1902:139). Esta era uma pergunta que Durkheim já havia formulado no seu primeiro curso, ministrado em 1887-1888, intitulado *Solidariedade Social*, no qual questionava a natureza da própria solidariedade social ao perguntar “*quais são as fronteiras que unem os homens uns aos outros?*”. (Durkheim, 1887), lembra que este problema permaneceu central na obra de Durkheim durante toda a sua vida, citando, inclusive, que em carta que escreveu a Bouglé, o sociólogo afirmava: o “*objecto da sociologia como um todo é determinar as condições para a conservação das sociedades*”. Não constitui objecto deste trabalho avançar na análise da questão da solidariedade social, mas situá-la como fundamental no pensamento de Durkheim presente no seu estudo sobre o suicídio. Por outro lado, é importante assinalar que o período que antecede a investigação

sobre o suicídio foi extremamente original do ponto de vista metodológico. Assim, além dos trabalhos citados anteriormente, Durkheim escreve, em 1896, um artigo sobre a proibição do incesto e suas origens, aplicando à sociologia o método de análise de dados etnográficos, lançando no estudo sobre o suicídio a aplicação do método estatístico.

É claro que a importância deste trabalho, considerado “*uma monografia exemplar*” (Rodrigues, 1978:24), “*um dos melhores exemplos da ‘teoria de médio alcance’*” (Merton, 1968:63), “*um modelo de pesquisa social*” (Selvin, 1958, apud Rodrigues, 1978:24), não se limita à aplicação do método estatístico. Por outro lado, é preciso saber no que a teoria sobre o suicídio é incompleta, pois, no dizer de Lukes (1977), esta é a mais fundamental e frutífera crítica ao trabalho de Durkheim.

A obra é constituída das seguintes partes: introdução, onde se situa a necessidade de constituir o objecto de estudo, definindo objectivamente o que é suicídio, a fim de pesquisar apenas as condições que virão constituir o facto determinado que o autor chama de “*taxa social dos suicídios*” e não todas as condições que possam ser contadas na génese dos suicídios particulares; na primeira parte – os factores extra sociais; segunda parte – causas sociais e tipos sociais; terceira parte – o suicídio como fenómeno social em geral.

Durkheim inicia o seu extenso trabalho pela discussão e delimitação do conceito de suicídio: “*Chama-se suicídio todo o caso de morte que resulte directa ou indirectamente de um acto positivo ou negativo, praticado pela própria vítima, consciente de que devia produzir esse resultado*” (Durkheim, 1982:16). Não se confunde com a tentativa, que seria “*o acto assim definido, mas interrompido antes de resultar em morte*” (Durkheim, 1982:16). Somente é possível quando se tem uma representação antecipada da morte, excluindo, portanto, no seu trabalho, tudo que diz respeito ao suicídio entre animais. Logo em seguida, passa a considerar porque é que o suicídio se torna objecto de interesse para o sociólogo, perguntando: “*Considerando que o suicídio é um acto da pessoa e que só a ela atinge, tudo indica que deva depender exclusivamente de factores individuais e que a sua explicação, por conseguinte, caiba tão somente à psicologia?*”. Continua: “*De facto, não é pelo temperamento do suicida, por seu carácter, por seus antecedentes, pelos factos da sua história privada que em geral se explica a sua decisão?*” (Durkheim, 1982:17-18). Não sendo este o enfoque a ser dado ao estudo, explica que “*se em lugar de vermos no suicídio apenas eventos particulares, isolados uns dos outros e que exijam, cada um deles, exame em separado, considerarmos o conjunto dos suicídios cometidos em dada sociedade durante um dado espaço de tempo, iremos verificar que o total assim obtido não é a simples soma*

de unidades independentes, um todo de colecção, mas que constitui por si mesmo um facto que é novo e sui generis, com unidade e individualidade, e pois com a sua natureza própria, e *que, além disso, essa natureza é eminentemente social*” (Durkheim, 1982:18). Às variações, Durkheim associa alguma crise que atinge passageiramente o estado social, como, por exemplo, o que se deu no ano de 1848. Nesta data ocorre uma brusca diminuição em todos os estados europeus. Em intervalos mais longos de tempo, verifica-se que ocorrem mudanças mais graves, que são bruscas e espaçadas, no sentido de que as taxas elevam-se, afirmam-se, acentuam-se e por fim estabilizam-se. Neste primeiro momento do seu trabalho, Durkheim afirma: “Cada sociedade tem, portanto, em cada momento de sua história, uma predisposição definida para o suicídio. Mede-se a intensidade relativa dessa tendência tomando-se a relação entre o número global por mortes voluntárias e a população de todas as idades e de ambos os sexos. Designaremos esse dado numérico por taxa de mortalidade-suicídio peculiar à sociedade considerada. É calculada, em geral, proporcionalmente a um milhão ou a cem mil habitantes” (Durkheim, 1982:19).

Para o autor, a taxa de suicídios constitui *“uma ordem de factos una e determinada; é o que sua permanência e variabilidade, simultaneamente, demonstram”*. Por intermédio dessa taxa expressa-se uma tendência e, seja qual for o juízo sobre o assunto, o facto é que *“cada sociedade está predisposta a fornecer um contingente determinado de mortes voluntárias”*. De forma clara, expõe o objectivo do trabalho: *“Nosso intuito não é, pois, o de fazer o rol mais completo possível de todas as condições que possam contar na génese dos suicídios particulares, mas pesquisar apenas aquelas que virão a constituir o facto determinado que chamamos de taxa social de suicídios”*. Fixa, então, como irá encarar o assunto: *“O fenómeno por explicar só pode ser atribuído a causas extra-sociais de grande generalidade ou a causas propriamente sociais”* (Durkheim, 1982:23).

Toda a primeira parte do estudo é dedicada aos factores extra-sociais, de entre os quais inclui loucura, raça, hereditariedade, clima, temperatura, sazonalidade e a imitação. Em vista de muitas afirmações vigentes em sua época sobre a relação loucura/suicídio, Durkheim desmonta esta relação, mas, antes, desenvolve uma classificação de suicídios cometidos por loucos, ou seja, *“para saber se o suicídio é um acto próprio dos psicopatas, impõem-se determinar as formas que ele assume na alienação mental e ver depois se os psicopatas são os únicos a quem ele afecta”* (Durkheim, 1982:30). Durkheim irá referir-se aos tipos de suicídio maníaco, melancólico, obsessivo, impulsivo e automático e a sua conclusão é que não existe nenhum estado psicopático que mantenha com o suicídio uma relação regular e

incontestável. Da mesma forma, não encontra relação com os estados psicológicos normais, raça e hereditariedade, nem com factores cósmicos e imitação.

Na segunda parte do estudo, Durkheim irá tratar das causas sociais e tipos sociais, dividindo o tema nas seguintes partes: método para determinar as causas e os tipos sociais; os diversos tipos de suicídio: egoísta, altruísta e anómico; conclusão, com uma classificação morfológica sobre as formas individuais dos diferentes tipos de suicídio.

Na realidade, esta parte do estudo de Durkheim constitui o cerne da sua proposta, que fica claramente definida quando afirma, tendo por base a análise até então empreendida, que: “Concluímos, de facto, que existe, para cada grupo social, uma tendência específica ao suicídio que nem a constituição orgânico psíquica dos indivíduos nem a natureza do ambiente natural explicam. Resulta disso, por eliminação, que essa tendência deve depender de causas sociais e constituir por si mesma um fenómeno colectivo; inclusive, certos factos que examinamos, sobretudo as variações geográficas e periódicas do suicídio, levaram-nos expressamente a essa conclusão” (Durkheim, 1982:106). Ao optar por uma classificação etiológica do suicídio, o autor diz ser impossível uma classificação segundo as suas formas ou características morfológicas, pois haveria necessidade de um grande número de casos particulares.

Assim, parte para uma construção metodológica na qual *“podemos constituir os tipos sociais do suicídio, não ao classificá-los directamente segundo as suas características de antemão descritas, mas classificando as causas que os produzem”* (Durkheim, 1982:107). Buscam-se as condições sociais de que dependem, que são depois agrupadas, conforme as semelhanças e diferenças. Desta forma, o fenómeno será conhecido através de suas causas e não apenas de suas características, ou seja, como diz Durkheim, numa construção de carácter etiológico. Por outro lado, é importante destacar que, para Durkheim (1982:108-109), se quisermos entender o suicídio como fenómeno colectivo, *“teremos de encará-lo desde o início sob a forma colectiva, isto é, através de dados estatísticos. A taxa social é o que temos de tomar directamente por objecto de análise; é preciso ir do todo às partes”*. A sua recomendação, no final desta colocação metodológica, é a seguinte: *“Para isso, deixando de lado, por assim dizer, o indivíduo enquanto indivíduo, os seus motivos e as suas ideias, indagaremos imediatamente quais são os estados dos diferentes meios sociais (credos religiosos, família, sociedade política, grupos profissionais etc.), em função dos quais o suicídio varia. Só depois, voltando aos indivíduos, estudaremos de que modo essas causas*

gerais se individualizam para produzir os efeitos homicidas por elas implicados” (Durkheim, 1982:112).

Volta-se, então, o autor, para a análise dos três tipos de suicídio que constituem o ponto central de sua pesquisa.

Na primeira parte, analisa o que denomina de suicídio egoísta, estabelecendo três pressupostos: O suicídio varia na razão inversa do grau de integração da sociedade religiosa. O suicídio varia na razão inversa do grau de integração da sociedade doméstica. O suicídio varia na razão inversa do grau de integração da sociedade política. Para tal, estuda as informações referentes ao número de suicídios entre os estados protestantes, mistos (católicos e protestantes), católicos, católicos gregos, concluindo que *“em toda parte, sem exceção, há muito mais suicídios entre os protestantes do que entre os adeptos dos demais credos”* (Durkheim, 1982:115). Acrescenta que não adianta invocar a excepcionalidade da Noruega e Suécia, que apresentam um número moderado de suicídios. Explica que há diferenças entre as populações da península escandinava e a Europa Central e que as taxas de suicídio são baixas nesses países. No caso dos judeus, a taxa é menor do que a dos protestantes, mas ainda é inferior à dos católicos. Para Durkheim, o facto de serem populações mais intelectualizadas e viverem nas cidades seria a razão de terem maior inclinação ao suicídio do que os participantes de outras religiões e, assim, ficarem alheios à religião que praticam. Porém, conservam, em vista de todas as outras religiões, as mais baixas taxas. Lembra o autor que tanto o catolicismo, quanto o judaísmo são extremamente severos em relação ao suicídio, e que a única diferença essencial entre catolicismo e protestantismo é que este admite o livre exame das escrituras em grau muito maior. Escreve: *“... o protestantismo participa mais na elaboração da sua crença (...)*. Chegamos pois a um primeiro resultado: a propensão do protestantismo pelo suicídio deve estar em relação com o espírito de livre exame que anima *esta religião”* (Durkheim, 1982:119). Este livre exame é efeito de outra causa: o abalo das crenças tradicionais, que tem como consequência a possibilidade de se multiplicarem as crenças. Desta forma, conclui-se que o maior número de suicídios no protestantismo decorre do facto de que esta é uma religião menos fortemente integrada do que a católica. É interessante a associação feita por Durkheim (1982:122) entre o livre exame e o gosto pela cultura. *“A ciência, de facto, é o único meio de que dispõe a livre reflexão para atingir os seus fins. Quando crenças ou práticas irracionais perdem a sua autoridade, para encontrar outras impõe-se apelar para a consciência esclarecida cuja forma superior é a ciência.”* Pelas suas informações, os protestantes são mais instruídos e suicidam-se mais e

restaria responder a questão: *“Será certo que a necessidade de instrução, na medida em que corresponde a um enfraquecimento da fé comum, aumenta como o suicídio?”* (Durkheim, 1982:124). Junta a esta questão uma análise das profissões liberais – onde se nutre o gosto pela ciência e a vida intelectual é mais intensa. Constata que maior grau de instrução e maior número de suicídios mantêm relação, como, também, ocorre em maior número entre homens do que entre mulheres: *“Ora”*, como escreve Durkheim (1982:126), *“ela é também muito menos instruída”*. A sua conclusão é de que o suicídio aumenta com o progresso da ciência, mas *“não é a ciência que determina este aumento. Ela é inocente e nada seria mais injusto que acusá-la; o caso dos judeus é demonstrativo disso”*. Neste caso *“o homem procura instruir-se e mata-se porque a sociedade religiosa de que é membro perdeu coesão; mas não se mata porque é instruído”* (Durkheim, 1982:128). Uma outra conclusão desta parte é sobre a função profilática da religião sobre o suicídio. Neste aspecto, sintetiza a questão da seguinte maneira: *“A influência benfazeja da religião não se deve, pois, à natureza específica das concepções religiosas. Se ela protege o homem contra o desejo de se destruir, não é porque lhe pregue, com argumentos peculiares, o respeito pela sua pessoa, mas porque é uma sociedade”*. Explica, também, que *“o que constitui essa sociedade é a existência de um certo número de crenças e de práticas comuns a todos os fiéis, crenças que são tradicionais e, por conseguinte, obrigatórias”* (Durkheim, 1982:129).

Na parte seguinte, Durkheim trata de outros dois aspectos relacionados ao suicídio: a vida da família e a sociedade política. Constata que os celibatários suicidam-se menos que os casados e procura confrontar esta observação de que o casamento e a vida familiar aumentam a probabilidade de suicídio. Correlaciona as taxas para cada idade, comparando, por exemplo, os celibatários, os casados e os viúvos de 25 a 30 anos de idade, somente quando possível obterem-se tais informações, pois, de um modo geral, as publicações oficiais não fornecem esses dados. Neste momento, Durkheim criou o que denominou de coeficiente de preservação – número que indica quantas vezes menos as pessoas se suicidam num grupo em comparação com outro considerado na mesma faixa etária. Foi baseado nessas constatações que desenvolveu quatro leis:

- 1) Os casamentos muito precoces têm uma influência agravante sobre os suicídios, sobretudo no que se refere aos homens.
- 2) A partir dos vinte anos, os cônjuges dos dois sexos beneficiam de um coeficiente de preservação em relação aos celibatários.
- 3) O coeficiente de preservação dos casados em relação aos celibatários varia com os sexos.
- 4) A viuvez diminui

o coeficiente dos cônjuges dos dois sexos, porém, na maioria das vezes, não o suprime completamente.

Para explicar essas leis, Durkheim (1982:143) lança mão do seguinte argumento: a imunidade ao suicídio que as pessoas casadas desfrutam deve-se ou à influência do meio doméstico, ou ao que se pode chamar selecção matrimonial. A sua conclusão é que “*a imunidade dos casados em geral deve-se à influência da sociedade familiar, mas não à da sociedade conjugal, que beneficia inteiramente os homens, e só em parte as mulheres*”. Durkheim (1982:148)

O terceiro aspecto analisado por Durkheim nesta parte de seu estudo é referente à relação entre suicídio e sociedade. Revendo casos históricos, observa que o suicídio surge quando a velha organização da comunidade é abalada, por exemplo, Grécia e Roma, e mesmo na França, nas vésperas da Revolução. Ao citar uma investigação de Morseli sobre o facto de que no momento das grandes comoções políticas não ocorre aumento de suicídios, Durkheim mostra, mediante dados, que na França, em vários momentos, e mesmo em outros países da Europa, especialmente em 1848-1849, quando a crise é geral, em toda a parte diminuem os suicídios. Para Durkheim (1982:161), nem todas as crises políticas ou sociais influem sobre as taxas de suicídio, mas “*só influem as que excitam as paixões*”. No final, explica: “*Não é à crise que se deve a salutar influência (...), mas às lutas causadas pela crise. Forçando os homens a unirem-se para enfrentar o perigo comum, o indivíduo pensa menos em si mesmo e muito mais na coisa comum. Compreende-se, de resto, que essa integração possa não ser meramente momentânea, mas sobreviva às vezes às causas que a suscitaram imediatamente, sobretudo, quando é intensa*”. Ao retomar os três aspectos tratados, o autor chega à conclusão geral de que “*o suicídio varia na razão inversa do grau de integração dos grupos sociais a que pertence o indivíduo*”. Irá também caracterizar o papel do egoísmo como origem do suicídio. Declara: “*Quanto mais se enfraqueçam os grupos sociais a que ele (indivíduo) pertence, menos ele dependerá deles, e cada vez mais, por conseguinte, dependerá apenas de si mesmo para reconhecer como regras de conduta tão somente as que se calquem nos seus interesses particulares. Se, pois, concordarmos em chamar de egoísmo essa situação em que o eu individual se afirma com excesso diante do eu social e em detrimento deste último, podemos designar de egoísta o tipo particular de suicídio que resulta de uma individuação descomedida*” (Durkheim, 1982:162). Ao enfatizar a força do individualismo, não apenas por favorecer a actuação de causas “suicidógenas”, mas por ser por si mesmo uma causa desse género, Durkheim (1982:167) apresenta dois pontos finais quanto ao suicídio egoísta. O

primeiro é que às sociedades “*inferiores*” (sic) este tipo de suicídio é mais ou menos totalmente estranho, e o segundo é que causa um impacto menor sobre a mulher, no caso a “solteirona” ou viúva, que por terem uma “*sensibilidade antes rudimentar do que muito desenvolvida*” e por viverem “*mais que o homem fora da vida comunal, esta vida exerce menor influência sobre ela: a sociedade é lhe menos necessária porque ela é menos impregnada de sociabilidade*”.

Em relação ao suicídio altruísta, Durkheim (1982:168) afirma inicialmente: “*Se, como acabamos de ver, uma individuação excessiva leva ao suicídio, a individuação insuficiente produz os mesmos efeitos. Quando desligado da sociedade, o homem suicida-se facilmente, e suicida-se também quando está por demais integrado nela*”. Para o autor, este tipo de suicídio é endêmico em sociedades inferiores, e depois de exemplificar com casos históricos, classifica-os em três categorias: 1) suicídios de pessoas que chegaram ao limiar da velhice ou adoeceram; 2) suicídios de mulheres por ocasião da morte do marido; 3) suicídios de clientes ou servidores ao ensejo da morte dos seus chefes. Esclarece que há o suicídio altruísta obrigatório, como há o facultativo, e, ainda, o suicídio altruísta agudo, do qual o suicídio místico é o melhor exemplo. Se estes casos caracterizam as sociedades primitivas, no dizer de Durkheim, eles aparecem nas estatísticas utilizadas quando o autor verifica o aumento dos suicídios no exército: os militares suicidam-se um pouco mais do que os civis da mesma idade e de iguais condições. A hipótese é que muitas causas levariam a crer que a vida militar deveria preservar do suicídio – são pessoas seleccionadas rigorosamente do ponto de vista da saúde e pertencem a um grupo com alto *esprit de corps*. Portanto, não podem ser explicados como pertencentes ao tipo egoísta, e sim do tipo caracterizado por “*uma fraca individuação ou do que designamos por altruísmo*” (Durkheim, 1982:183).

O terceiro tipo de suicídio estudado por Durkheim é o anómico. Como em toda a sua pesquisa, o autor inicia apresentando uma série de dados. Os primeiros dizem respeito às relações de crise ou crescimento económico e propensão ao suicídio.

Conclui o autor que tanto as crises industriais ou financeiras, como as de prosperidade, têm o mesmo resultado: aumentam os suicídios, e explica dizendo que esta relação se dá porque são crises, isto é, “*perturbações da ordem colectiva*” (Durkheim, 1982:193). Na argumentação de Durkheim, quando das crises económicas ocorre como um *déclassement*, e os indivíduos atingidos passam para uma situação inferior à até então ocupada, impondo-lhes uma série de restrições e “*todos os frutos da acção social ficam perdidos no que se refere a eles: têm de refazer a sua educação moral*” (Durkheim, 1982:199). Sendo este um processo

não imediato, leva os indivíduos a não se ajustarem às novas condições. O mesmo se aplica se a crise é motivada por um brusco aumento de poder e riqueza, despertando todo tipo de cobiça, no *“exacto momento em que as normas tradicionais perderam a sua autoridade. O estado de desregramento ou de anomia é pois reforçado pelo facto de que as paixões estão menos disciplinadas no preciso momento em que teriam necessidade de uma disciplina mais rígida”* (Durkheim, 1982:200). Para Durkheim, as actividades industriais e comerciais são as que registam mais suicídios, estando quase no mesmo nível que as carreiras liberais, ao passo que as taxas são mais baixas na agricultura. Comparando patrões e empregados, afirma serem os primeiros mais atingidos que estes últimos. Após estes exemplos, situa a anomia como sendo um factor regular e específico de suicídios nas sociedades modernas, sendo diferente dos outros tipos, pois *“depende não do modo como os indivíduos estão presos à sociedade, mas da maneira como esta os rege”*. O suicídio anómico *“decorre de que as actividades dos homens estão desregradas e que isto os faz sofrerem”* (Durkheim, 1982:204). Volta-se, então, para a análise dos suicídios que ocorrem quando da viuvez, tema já tratado anteriormente. Neste ponto explica que a causa deve-se à anomia doméstica. Estuda também o suicídio entre divorciados, que se matam entre três a quatro vezes mais que os casados e nitidamente mais que os viúvos. Para Durkheim, é o estado de anomia conjugal, produzido pela instituição do divórcio, que explica o desenvolvimento paralelo dos divórcios e dos suicídios. Como diz, não pretende afirmar que o afrouxamento das relações conjugais seja exclusivamente devido ao estabelecimento legal do divórcio, pois a anomia matrimonial pode existir na opinião pública sem estar ainda consignada na lei.

No capítulo seguinte, analisa as *“Formas individuais dos diferentes tipos de suicídios”* (Durkheim, 1982:222-236). Coloca em evidência que os tipos sociais que propõe correspondem aproximadamente a tipos psicológicos. Assim, ao suicídio egoísta corresponde apatia e secundariamente melancolia; ao altruísta, energia passional ou voluntária e sentimento do dever; ao anómico, corresponde irritação, desgosto e como variedade secundária, queixas contra a vida etc. Há, ainda, a possibilidade de tipos mistos combinando os três tipos elementares.

No capítulo em que estuda *“O elemento social do suicídio”*, Durkheim (1982:237-259) tece considerações para reforçar a sua posição de que *“de todos os factos por nós estudados resulta que a taxa social dos suicídios só se explica sociologicamente”*. Ao prosseguir nesta afirmação, diz: *“É a constituição moral da sociedade que determina a cada instante o contingente das mortes voluntárias. Existe, pois, para cada povo, uma força*

colectiva, de determinada energia, que impele *os homens a se matarem*". Reafirma também, em relação às condições individuais, que: "*Os movimentos que o paciente realiza, e que, à primeira vista, parecem só exprimir o seu temperamento pessoal, são, em realidade, a consequência e o prolongamento de um estado social que manifestam exteriormente*". A constância da taxa social seria suficiente para demonstrar a exactidão da afirmação e mais uma vez volta a afirmar que "*a causa geradora do fenómeno escapa forçosamente a quem só observa casos isolados, pois é exterior aos indivíduos. Para descobri-la é preciso colocar-se acima dos suicídios isolados e ver o que lhes dá unidade*".

Dois outros aspectos são discutidos por Durkheim quando estabelece as relações do suicídio com outros fenómenos sociais: se deve ser classificado entre os actos permitidos pela moral e suas relações com os crimes e outras contravenções penais. Segundo o autor, o suicídio é classificado entre os actos imorais e deve ser reprovado.

Entre os diversos pontos apresentados por Durkheim na relação suicídios e homicídios, destaca que, embora sob alguns pontos estes dois fenómenos estejam em concordância, há claros contrastes entre eles. Enquanto na França, Prússia e Itália aumentam os suicídios, diminuem os homicídios, e a intensidade máxima dos dois eventos não ocorre no mesmo ponto do tempo; o suicídio é muito mais urbano que rural, ao passo que o contrário se dá com o homicídio; são os homicídios muito mais frequentes nos países católicos que nos protestantes. Para Durkheim, as contradições encontradas entre os dois eventos deve-se a existirem diferentes tipos de suicídio, dos quais alguns mantêm certo parentesco com o homicídio e outros, não.

Durkheim (1982:289-314) finaliza o seu livro com um capítulo intitulado "*Consequências práticas*". Para ele, o suicídio tinha se transformado "*num fenómeno patológico que se torna cada vez mais ameaçador*". Pergunta, então, como afastá-lo. Mediante penas cominatórias? Certamente que não, pois "*não será graças a dispositivos legais que se há de despertar a nossa sensibilidade moral*". Pergunta, também, sobre o papel da educação, como meio de assegurar o fortalecimento da moral e, conseqüentemente, conter o fenómeno, ou, como queriam alguns, desenvolvendo convicções. Para ele, isto levaria a atribuir à educação um poder que ela não possui. Também não se poderia buscar na sociedade política e mesmo na sociedade religiosa a função de "*lembrar permanentemente ao homem esse salutar sentimento de solidariedade*", através do qual a vida readquiriria sentido e lhe daria maior protecção. Pergunta, ainda, se a profilaxia contra o suicídio não se poderia dar pela família. Responde: "*Mas seria ilusão acreditar que bastará diminuir o número de*

celibatários para conter o avanço do suicídio”. Para Durkheim, “além da sociedade confessional, familiar, política, uma outra há de que até agora não tratamos: trata-se daquela constituída pela associação de todos os trabalhadores da mesma categoria, todos os cooperadores da mesma função, o grupo profissional ou a corporação”. Além de ver a actividade profissional como o núcleo fundamental – é permanente, existe em todos os lugares e exerce a sua força pela maior parte da existência –, de onde podem emanar os novos valores, e a cooperação como necessária à crescente divisão do trabalho, Durkheim acredita que a reestruturação dos grupos locais e a “descentralização profissional”, que multiplicaria os centros de vida comum, sem romper a unidade nacional, poderiam deter o avanço do suicídio contemporâneo, do mal-estar de que padece a própria sociedade.

VI – Resultados

A análise do suicídio efectuada por Émile Durkheim teve uma influência muito grande, pelo que não se pode falar deste fenómeno em Sociologia sem partir de Durkheim.

Utilizando as estatísticas oficiais existentes, Durkheim provou que as variáveis ambientais e psicológicas até então utilizadas para explicar o suicídio não eram adequadas para dar conta do fenómeno. Recorreu a factores sociais para classificar vários tipos de suicídio: egoísta (derivado de uma individualização excessiva), altruísta (derivado de uma individualização insuficiente) e anómico (derivado de perturbações da ordem colectiva). Para Durkheim, deve existir em todas as sociedades um equilíbrio óptimo entre egoísmo e altruísmo, entre anomia e adaptação. Quando esse equilíbrio é frágil a taxa de suicídio aumenta.

Deste estudo, conclui que tendo os judeus muitos mais problemas do foro psicológico, não se suicidavam com frequência. Apenas com esta premissa, conclui que a predisposição psicológica, de âmbito individual e patológico, não era plausível. Durkheim prefere, assim, definir como variável a hereditariedade e a genética, apenas tendo em conta, estatísticas já existentes. Mais tarde, conclui que o suicídio é mais frequente na terceira idade.

Com a afirmação, “O suicídio é um facto social em geral” – confirma a submissão do indivíduo à sociedade.

Durkheim classifica o suicídio como sendo:

- Positivo directo, acto do indivíduo que vai causar a sua morte;
- Negativo indirecto, acto do indivíduo cujas circunstâncias exteriores implicam a sua morte e nada faz para as evitar.

VII – Criticas

Apesar do consenso em relação a qualidade da obra, ela foi alvo com o passar dos anos de algumas criticas, Durkheim foi acusado, nomeadamente, de misturar variáveis objectivas com variáveis subjectivas. M. Halbwachs (*Les Causes du Suicide* , 1930) tentou reportar todas as variáveis a variáveis objectivas. J. D. Douglas (*The Social Meanings of Suicide* , 1967) denunciou como um erro o tomar por base as estatísticas oficiais, pois estas estão enviesadas dum sentido que favorece as teorias da desintegração social (por exemplo, os suicídios são mais frequentemente registados como tal nas áreas urbanas que nas rurais e os grupos socialmente bem integrados são os que mais facilmente conseguem o registo de outras causas de morte quando se verificam suicídios no seu meio).

As teorias modernas acerca do suicídio aceitam geralmente que mudanças rápidas de estatuto socioeconómico são causa de suicídio, mas têm em conta factores psicológicos individuais para explicar o motivo por que apenas certos indivíduos recorrem ao suicídio quando se encontram nessas circunstâncias.

VIII - Considerações finais

A leitura desta obra foi extremamente gratificante para entender melhor a génese da Sociologia e também o facto social do suicídio. Se o suicídio é sempre tido como um fenómeno isolado e individual, porquê é que Durkheim o conseguiu colocar como facto social? Durkheim vai procurar padrões empíricos em várias sociedades, seguindo um método comparativo, rejeitando a forma psicológica do suicídio. A visão de Durkheim sobre o suicídio pode ser considerada demasiado sociológica, isto é, por muito que ele assuma que os indivíduos tenham liberdade de arbítrio e de escolha, os seus comportamentos são, na maior parte das vezes, padronizados e moldados socialmente.

De facto é inegável que a sociedade molda e padroniza muitos dos comportamentos, mas nem todas as atitudes e actos são exclusivos de pressões realizadas pela convivência social.

É evidente que há suicídio de foro meramente social, no entanto, a sociedade (os outros) como acto individual exclusivo, não tem qualquer tipo de responsabilidade. Existe, assim, um certo radicalismo na teorização de Durkheim.

A teorização de Durkheim leva-nos a visualizar o suicídio, fenómeno tão aparentemente individual, de outra maneira. Na obra *O Suicídio*, Durkheim prima pela maneira como usa observações estatísticas para alcançar a realidade social.

O *Suicídio* serviu também para edificar a Sociologia como uma autêntica ciência, tendo para isso demonstrado que, na sociedade da altura, era possível utilizar um método científico associado a determinadas técnicas para alcançar explicações sobre a sociedade, em particular, e para demonstrar as regularidades da interacção dos indivíduos.

Como já antes referi, esta obra é a concretização do trabalho prático de *As Regras do Método Sociológico*. Nela, Durkheim introduz na Sociologia a sua proposição fundamental, segundo a qual os factos sociais devem ser tratados como “coisas”. É então através do estudo relacionado com o suicídio que ele transforma toda a teoria acerca dos métodos e das técnicas que deveriam ser usadas na prática nesta ciência social. Analisando as estatísticas acerca dos suicídios, que supostamente seriam algo de individual, acaba por chegar a conclusões acerca das regularidades sociais que existem. Após estas constatações o autor passa para a fase explicativa dessas ocorrências, iniciando, assim, pela primeira vez, um verdadeiro trabalho sociológico totalmente inovador, que se tornou incontestado por todos aqueles que não aceitavam a Sociologia como uma ciência.

Pode dizer-se que, ainda hoje, a obra de Durkheim é amplamente estudada e analisada por todos aqueles que estudam Sociologia e serve de “manual geral” para introduzir todos os seus fundamentos. Contudo, também é verdade que toda a sua perspectiva sociológica, como a maior parte da perspectiva sociológica do século XIX é demasiado filosófica, podendo mesmo considerar-se Filosofia Social.

Para concluir resta dizer que esta é uma grande obra dedicada à Sociologia como uma verdadeira ciência, que viveu e que vai continuar a “viver” no tempo a influenciar e a criar novas gerações de Sociólogos.